



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 38.515.573/0001-20 INSCRIÇÃO ESTADUAL: Isenta  
Rua Dona Amélia, 71, Centro – Santana do Paraíso – MG  
CEP: 35.179-000 – TEL:(31) 3251.5159



Ofício n.: 27/2022

Destinatário: Câmara Municipal de Santana do Paraíso  
Remetente: Procuradoria Geral de Santana do Paraíso/MG  
Ref.: Projeto de Lei

Santana do Paraíso - MG, 08/03/2022

Ilmo.Sr. Presidente da Câmara de Vereadores Alessandro Fábio,

Com os devidos cumprimentos, vimos à presença de Vossa Excelência e dos Dignos Vereadores que compõem essa Egrégia Câmara Municipal, encaminhar os seguintes Projetos de Lei:

*“Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar parceria, por intermédio de Termo de Colaboração, com o Núcleo Assistencial Eclético Maria da Cruz, e dá outras providências.”*

*“Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e institui o Conselho-Gestor do FMHIS e dá outras providências.”*

Conforme todo o exposto na justificativa do referido Projeto de Lei, solicitamos que seja apreciado, discutido e votado pelos ilustres.

Sendo para o momento, renovo protestos de elevada e estima consideração.

Felipe Andrade de Oliveira  
Procurador Geral

Ilmo. Sr.  
Alessandro Fábio da Silva  
Presidente da Câmara Municipal  
Santana do Paraíso-MG

PROTOCOLADO  
08/03/2022  
J. Lima J. - 100000  
SECRETARIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO/MG



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO

CNPJ 38.515.573/0001-20 – Inscrição Estadual : Isenta  
Rua Dona Amélia, 71, Centro, Santana do Paraíso – MG  
CEP 35179-000 – Fone (31)3251-5159



PREFEITURA MUNICIPAL  
Santana do Paraíso

### PROJETO DE LEI 1232 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022

"Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e institui o Conselho-Gestor do FMHIS e dá outras providências."

O Povo do Município de Santana do Paraíso, por seus representantes na Câmara Municipal, **APROVA**, e eu, Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Esta Lei cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e confere ao Conselho da Cidade (ConCidade) de Santana do Paraíso a responsabilidade pela sua gestão.

#### CAPÍTULO I DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

##### Seção I Objetivos e Fontes

**Art. 2º** - Fica criado o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

**Art. 3º** - O FMHIS é constituído por:

I – dotações do Orçamento Geral do Município, classificadas na função de habitação;

II – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FMHIS;

III – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;

IV – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;

V – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS; e

VI – outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

01



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO

CNPJ 38.515.573/0001-20 – Inscrição Estadual : Isenta  
Rua Dona Amélia, 71, Centro, Santana do Paraíso – MG  
CEP 35179-000 – Fone (31)3251-5159



### Seção II Do Conselho-Gestor do FMHIS

**Art. 4º** - O órgão gestor do FMHIS será o Conselho da Cidade de Santana do Paraíso.

**Art. 5º** - O Conselho da Cidade de Santana do Paraíso é o órgão deliberativo e composto de acordo com o Decreto Municipal.

§1º - A Presidência do Conselho-Gestor do FMHIS será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Governo e Planejamento.

§2º - O presidente do Conselho da Cidade de Santana do Paraíso exercerá o voto de qualidade.

§3º - Competirá ao Poder Executivo proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

### Seção III Das Competências do Conselho Gestor do FMHIS

**Art. 6º** - As competências do Conselho Municipal da Cidade passam a ser as seguintes:

I – estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FMHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o plano municipal;

II – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FMHIS;

III – fixar critérios para a priorização de linhas de ações;

IV – deliberar sobre as contas do FMHIS;

V – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FMHIS, nas matérias de sua competência;

VI – opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da cidade quando achar pertinente;

VII - propor diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política municipal de desenvolvimento econômico e planejamento urbano;

VIII - acompanhar e avaliar a implementação da política municipal de desenvolvimento econômico e planejamento urbano;

IX - propor a edição de normas gerais de direito urbanístico, econômico

(A)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO

CNPJ 38.515.573/0001-20 – Inscrição Estadual : Isenta  
Rua Dona Amélia, 71, Centro, Santana do Paraíso – MG  
CEP 35179-000 – Fone (31)3251-5159



e manifestar-se sobre propostas de alteração da legislação, visando a desburocratização das normas existentes e a melhoria da atratividade de investimentos pertinentes.

X - emitir orientações e recomendações sobre a aplicação da Lei nº 10.257, de 2001, e dos demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano;

XI - promover a cooperação entre os governos da União, do Estado e dos Municípios da Região Metropolitana do Vale do Aço e a sociedade civil na formulação e execução da política municipal e regional de desenvolvimento urbano;

XII - estimular ações que visem propiciar a geração, apropriação e utilização de conhecimentos científicos, tecnológicos, gerenciais e organizativos pelas populações das áreas urbanas.

XIII - elaborar o seu Regimento Interno.

XIV – Aprovar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS.

§1º - As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o FMHIS vier a receber recursos federais.

§2º - O órgão gestor do FMHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§3º - O órgão gestor do FMHIS promoverá audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

## Seção IV Das Aplicações dos Recursos do FMHIS

**Art. 7º** - As aplicações dos recursos do FMHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

I – aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

III – urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO

CNPJ 38.515.573/0001-20 – Inscrição Estadual : Isenta  
Rua Dona Amélia, 71, Centro, Santana do Paraíso – MG  
CEP 35179-000 – Fone (31)3251-5159



PREFEITURA MUNICIPAL  
Santana do Paraíso

IV – implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

V – aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VI – recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho da Cidade de Santana do Paraíso.

Parágrafo único: Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.

## CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

**Art. 8º** - Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS.

**Art. 9º** - A indicação, eleição e posse dos membros do Conselho da Cidade de Santana do Paraíso deverão ocorrer em até 30 (trinta) dias após a publicação desta lei.

**Art. 10** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e revogam as leis nº 390 de 09 de novembro de 2007 e nº 391 de 09 de novembro de 2007 bem como suas alterações.

Santana do Paraíso, 23 de fevereiro de 2022.

**BRUNO CAMPOS MORATO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO**

CNPJ 38.515.573/0001-20 – Inscrição Estadual : Isenta  
Rua Dona Amélia, 71, Centro, Santana do Paraíso – MG  
CEP 35179-000 – Fone (31)3251-5159

**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI N° 1232/2022**

*"Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e institui o Conselho-Gestor do FMHIS e dá outras providências."*

Ilmo. Sres.

Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Santana do Paraíso.

Submeto apreciação dessa Egrégia Câmara o incluso Projeto de Lei, que Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e institui o Conselho-Gestor do FMHIS e dá outras providências.

Tendo em vista o dever constitucional do Município e dos demais entes federados em promover o direito à moradia, previsto no artigo 6º da Carta Magna, se faz necessária a proposição da presente lei.

A habitação de baixa renda é um programa do Governo Federal que viabiliza o acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos em localidades urbanas e rurais.

O Projeto de Lei encaminhado à apreciação legislativa institui a política habitacional de interesse social do município, fixando os instrumentos de que

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO**

CNPJ 38.515.573/0001-20 – Inscrição Estadual : Isenta  
Rua Dona Amélia, 71, Centro, Santana do Paraíso – MG  
CEP 35179-000 – Fone (31)3251-5159



se dispõe para o atendimento das demandas, bem como os critérios para identificação de beneficiários entre a população de baixa renda.

Após várias reuniões realizadas pelo Poder Executivo ficou estabelecido que as Leis Municipais nº 390 de 09 de novembro de 2007 e nº 391 de 09 de novembro de 2007, deveriam passar por uma reestruturação, visto que vários artigos sofreriam alterações, contudo optou-se pela revogação das leis anteriores.

Assim, ante todo o exposto, e tendo em vista a relevância da matéria veiculada na presente proposição, solicito aos Ilustres Vereadores a sua aprovação.

Aproveito o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Santana do Paraíso, 23 de fevereiro de 2022.



**BRUNO CAMPOS MORATO**

**Prefeito Municipal**